

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, ATRAVÉS DA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A FUNDAÇÃO  
HOSPITALAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS/HOSPITAL SÃO  
FRANCISCO DE ASSIS, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS  
DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.**

**Processo nº: 01.184667.15.01**

**Processo nº 01.152981.03.74**

**(Inexigibilidade de Licitação /Chamamento Público 001/2004)**

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ÓRGÃO GESTOR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE/SUS-BH, inscrita no CNPJ sob o nº 18.715.383.0001-40, situada na Av. Afonso Pena, nº 2.336 – Bairro Funcionários, BH/MG neste ato representada por seu Secretário Municipal de Saúde, **JACKSON MACHADO PINTO**, brasileiro, portador da carteira do Conselho Regional de Medicina nº 011174 MG, e inscrito no CPF sob o nº 175.498.336-72, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a **FUNDAÇÃO HOSPITALAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS/HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.025.354/0001-32, CNES nº 0026840 com sede na cidade de Belo Horizonte, à Rua Itamaracá nº 535 - Bairro Concórdia, CEP nº 31.110-580, neste ato representada por seu Superintendente Geral, **HÉLDER AVELINO YANKOUS SANTOS**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade sob o nº M-2.278.734, expedida pela SSP/MG, e CPF sob o nº 504.080.896-87, e o sua Superintendente Hospitalar, **ADRIANA DE SOUZA MELO**, brasileira, portador da Carteira de Identidade sob o nº MG 5.994.658, expedida pela SSP/MG, e CPF sob o nº 856.366.736-04, conferindo-lhes poderes para, em conjunto, gerir e administrar a instituição em tela doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 a 200, a Lei Orgânica do Município as Leis 8.080/90 e 8.142/90, as normas gerais da Lei 8.666/93 de Licitações e Contratos Administrativos e respectivas alterações, Lei nº 12.101/PR, de 27/11/2009 (CEBAS), Decreto nº 7.082 de 27/01/2010 (REHUF), Decreto nº 7.508 de 28/06/2011, Decreto nº 7.646 de 21/12/2011, Decreto Municipal nº 15.185 de 04/04/2013, Portaria nº 072/2019/SMSA/SUS-BH, Portaria nº 1.097/GM/MS de 22/05/2006, Portaria nº 204/GM/MS de 29/01/2007, Portarias GM/MS nº 2848, de 06/11/07, Portaria nº 1.559/GM/MS de 01/08/2008, Portaria nº 018/SMSA/SUS-BH de 17/09/2010 (100% SUS BH), Portaria nº 4.279/GM/MS de 30/12/2010, Portaria nº 1.459/GM/MS de 24/06/2011, Portaria nº 1.600/GM/MS de 07/07/2011, Portaria nº 1.970/GM de 16/08/2011 (CEBAS), Portaria nº 3.088/GM/MS de 23/12/2011, Portaria nº 929/GM/MS, de 10/05/2012 (100% SUS MS), Portaria 963/GM/MS de 27/05/2013 (SAD), Portaria nº 3.390/GM/MS de 30/12/2013, Portaria nº 3.410/GM/MS de 30/12/2013, Portaria nº 483/GM/MS de 01/04/2014, RDC nº 63/ANVISA de 25/11/2011 e considerando as disposições que se encontram estabelecidas no Plano Operativo e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, resolvem celebrar o presente TERMO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO**

Em decorrência do auxílio financeiro emergencial por meio da Lei nº 13.995 /2020 que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à **Pandemia da Covid-19** estabelece a de transferência de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC) do FNS/MS ao FMS/SUS-BH, em 02 (duas) parcelas, sob o critério de rateio pelo Ministério da Saúde aos Estados, DF e Municípios para o controle de forma controlada do avanço da **PANDEMIA COVID-19**.

**Parágrafo Primeiro:** O repasse desta 1ª parcela, estabelecida na Portaria 1.393 GM/MS de 21.05.2020, é no montante de R\$ 1.611.591,26 (um milhão, seiscentos e onze mil, quinhentos noventa e um reais e vinte seis centavos) à **CONTRATADA**, encontra-se baseado pelo Ministério da Saúde no quantitativo de leitos SUS cadastrados no Cadastro Nacional de Saúde até 12/05/2020 constantes nos Planos de Contingências dos Estados, Distrito Federal e das santas casas e dos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos situados neste Município que possuem presídios, atribuindo proporcionalmente à quantidade de leito do estabelecimento o valor da parcela.

**Parágrafo Segundo:** Este recurso financeiro temporário, desta 1ª parcela, não integra em nenhuma hipótese, o teto da remuneração da prestação de serviços contratualidades.

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A FUNDAÇÃO HOSPITALAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS/HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.**

Processo nº: 01.184667.15.01

Processo nº 01.152981.03.74

(Inexigibilidade de Licitação / Chamamento Público 001/2004)

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO REPASSE DE REFORÇO EMERGENCIAL**

A **CONTRATADA** deverá aplicar, obrigatoriamente, na aquisição de medicamentos, suprimentos, insumos e produtos hospitalares para atendimentos à população, na aquisição de equipamentos e na realização de pequenas reformas e adaptações físicas para o aumento da oferta de leitos de terapia intensiva, bem como no respaldo ao aumento de gastos que as entidades terão como a definição de protocolos assistenciais específicos para enfrentar a **Pandemia da Covid-19** e, ainda a contratação dos profissionais de saúde necessários para atender à demanda adicional.

**Parágrafo Único:** A **CONTRATADA** deverá prestar contas da aplicação dos recursos ao Fundo Municipal de Saúde/SUS-BH e disponibilizar em sítio oficial específico da rede mundial de computadores (internet) com ampla transparência, observado o disposto na Lei nº 13.995/2020, no art. 4º da Lei 13.979 de 2020 e neste Termo.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CONTRATANTE**

A prestação de contas ocorrerá nos termos da cláusula décima primeira do CONTRATO original e por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

## **CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

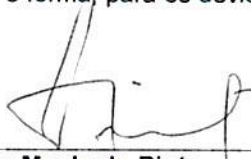
Os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das despesas previstas neste termo ficam vinculados à transferência de recursos do Ministério da Saúde advindos da Portaria MS/GM nº 1.393/20 para as entidades hospitalares nessas especificadas, correndo à conta de dotação orçamentária consignada no Fundo Municipal de Saúde nº 2302 3401 10 302 203 2894 0001 339039 61 03 50 - Prestação de serviços médico-hospitalares ambulatoriais.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais Cláusulas do CONTRATO original, que não colidirem com este TERMO.

E, por estarem justas e de pleno acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais, tudo na presença das testemunhas infra-assinadas.


Belo Horizonte, 23 de maio de 2020.


  
**Jackson Machado Pinto**  
Secretário Municipal de Saúde e Gestor do SUS-BH/FMS

  
**Hélder Avelino Yanhous Santos**  
Superintendente Geral - Fundação Hospitalar São Francisco de Assis/Hospital São Francisco de Assis

  
**Adriana de Souza Melo**  
Superintendente Hospitalar - Fundação Hospitalar São Francisco de Assis/Hospital São Francisco de Assis

**TESTEMUNHAS:**

  
**Dra. Clotilde Paes de Sá** - BM 39841-2  
Assinatura/RG  
Coordenadora de Medicina e RAG  
DRMACS/SMSA/SUS-BH

  
**Dra. Sônia Gardozi Dias** - BM 39841-2  
Assinatura/RG  
Gerente de Controle e Avaliação  
DRMACS/SMSA/SUS-BH